



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2019 (DO SR. NIVALDO ALBUQUERQUE)

*Estabelece isenção dos impostos sobre produtos industrializados e importação de produtos estrangeiros aos produtos agropecuários destinados aos pequenos produtores rurais.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 7º da Lei nº 4.502/64, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso

XXXVIII:

“Art. 7º .....  
.....

*XXXVIII - os equipamentos e produtos industrializados destinados à agricultura, agropecuária e piscicultura, quando seus consumidores finais sejam exclusivamente os pequenos produtores rurais, compreendidos, para efeitos de isenção, os proprietários ou possuidores de terras com até 150 hectares;”*

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

Senhores parlamentares, submetemos a presente proposição que tem por objeto a estipulação de isenção da tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em relação aos produtos destinados à agricultura, agropecuária e piscicultura, desde que os consumidores finais dos produtos sujeitos à isenção sejam os pequenos produtores rurais.

Para fins de enquadramentos na hipótese de isenção, o projeto de lei prevê como critério o tamanho da área do produtor rural beneficiário final da isenção, estabelecendo que serão compreendidos, para esses fins, o pequeno produtor rural como o proprietário ou possuidores - *tendo em conta a prática comum do arrendamento de áreas rurais* - de terras não superiores a 150 hectares.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A finalidade da proposição, portanto, é a de estimular o crescimento do setor produtivo rural, que é a força propulsora que movimenta e sustenta a economia nacional, até mesmo quando na fase mais crítica da crise econômica instaurada no país. O critério de isenção sugerido pela presente proposição pretende equilibrar a necessidade de estímulo ao crescimento dos pequenos produtores rurais com a própria relevância da tributação à produção em grandes escalas.

Com efeito, estipular a isenção do IPI para os produtos destinados aos proprietários e possuidores de áreas rurais de até 150 hectares visa não só retirar um peso decorrente da elevada carga tributária que mais pesa aos pequenos produtores, como também almeja o crescimento desses produtores com a contribuição do Estado a partir desse mecanismo tributário.

Com a proposição, acreditamos que o benefício econômico será amplo: as indústrias aumentaram sua produção decorrentes do aumento de vendas aos pequenos produtores; os consumidores rurais, que possuem menores condições de investimento, poderão fazer aquisições dos produtos com um menor custo repercutindo em seu orçamento; e o Estado tenderá a receber um incremento de sua arrecadação por meio de outros tributos e/ou fatos geradores decorrentes, para além da esperança de que a medida de isenção contribua para que muitos desses pequenos produtores cresçam e alcancem o patamar de médios e grandes produtores rurais.

Ante essas considerações, dada a importância e relevância do projeto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da matéria.

Salas das Sessões, em 13 de março de 2019

**DEPUTADO NIVALDO ALBUQUERQUE**  
PTB/AL